

Desafios da implementação das políticas públicas de educação ambiental: o caso de São Félix do Xingu (PA).

Challenges of the implementation of public policies for environmental education: the case of São Félix do Xingu (PA).

Renata Rogério da Silva Gonçalves ¹ ; Mílvio da Silva Ribeiro ² 

RESUMO

A implementação das políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil é marcada por complexidade, disputas e adaptações às realidades locais. Este artigo analisa os desafios enfrentados em São Félix do Xingu, município da Amazônia Legal que figura entre os líderes nacionais em desmatamento e apresenta intensos conflitos socioambientais. A partir das contribuições teóricas de Lotta, Oliveira & Couto, Lima & D'Ascenzi e Koga et al., articuladas ao diagnóstico territorial, evidencia-se que a efetividade das políticas depende da capacidade de adaptação às especificidades locais, da valorização dos saberes comunitários e da criação de mecanismos de avaliação contínua. O estudo demonstra que, apesar de iniciativas pontuais como o Programa Municípios Verdes, a ausência de uma política municipal estruturada compromete a consolidação da Educação Ambiental como prática pedagógica transformadora. Conclui-se que superar tais obstáculos exige articulação intersetorial, formação docente crítica e participação social ampliada.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Políticas Públicas. Implementação. Amazônia. São Félix do Xingu.

ABSTRACT

The implementation of public policies for Environmental Education in Brazil is marked by complexity, disputes and adaptations to local realities. This article analyzes the challenges faced in São Félix do Xingu, a municipality in the Legal Amazon that is among the national leaders in deforestation and has intense socio-environmental conflicts. Based on the theoretical contributions of Lotta, Oliveira & Couto, Lima & D'Ascenzi and Koga et al., articulated with the territorial diagnosis, it is evident that the effectiveness of policies depends on the ability to adapt to local specificities, the valorization of community knowledge and the creation of mechanisms for continuous evaluation. The study demonstrates that, despite specific initiatives such as the Green Municipalities Program, the absence of a structured municipal policy compromises the consolidation of Environmental Education as a transformative pedagogical practice. It is concluded that overcoming such obstacles requires intersectoral articulation, critical teacher training and expanded social participation.

Keywords: Environmental Education. Public Policies. Implementation. Amazon. São Félix do Xingu.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

² Docente da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (FATEFIG), Tucuruí (PA), Brasil. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental consolidou-se como política pública estratégica para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. No entanto, sua implementação não se restringe à execução técnica de diretrizes, mas envolve disputas, negociações e adaptações cotidianas (Lotta, 2019). Estudos clássicos, como os de Pressman & Wildavsky (1984), já apontavam que a implementação é marcada por incertezas e complexidade, exigindo constante adequação às realidades locais.

No contexto brasileiro, autores como Oliveira & Couto (2010) e Lima & D'Ascenzi (2013) destacam que as políticas sofrem transformações ao longo do tempo, tornando-se vulneráveis a interesses políticos e administrativos. A capacidade administrativa dos agentes públicos, conforme Koga et al. (2018), é decisiva para o sucesso das iniciativas e para a consolidação de práticas sustentáveis.

Este artigo analisa os desafios da implementação da Educação Ambiental em São Félix do Xingu, município do sudeste do Pará, integrante da Amazônia Legal, que apresenta características socioambientais críticas e estratégicas para compreender os limites e potencialidades das políticas públicas ambientais

1.2 Revisão de literatura

A implementação de políticas públicas constitui um campo de estudo que ganhou relevância a partir da obra clássica de Pressman & Wildavsky (1984), a qual evidenciou a complexidade e a incerteza dos processos de execução governamental. No contexto brasileiro, Lotta (2019) destaca que a implementação não deve ser compreendida como mera aplicação técnica, mas como um processo permeado por disputas, negociações e adaptações às realidades locais.

Oliveira & Couto (2010) analisam as fases da implementação, ressaltando que as políticas sofrem transformações ao longo do tempo, tornando-se vulneráveis a interesses políticos e administrativos. Lima & D'Ascenzi (2013) ampliam essa perspectiva ao integrar a avaliação como parte constitutiva da implementação, defendendo a adoção de indicadores flexíveis e contextualizados.

Koga et al. (2018) reforçam a importância da capacidade administrativa dos agentes públicos, destacando que a formação técnica e o suporte institucional são decisivos para o sucesso das políticas. No campo da Educação Ambiental, Loureiro (2006) e Carvalho (2012)

defendem uma abordagem crítica e emancipadora, capaz de articular ciência, cultura e participação comunitária, promovendo práticas pedagógicas transformadoras.

Essa literatura fornece a base teórica para compreender os desafios enfrentados em São Félix do Xingu, onde a realidade socioambiental impõe barreiras específicas à implementação das políticas ambientais e evidencia a necessidade de estratégias adaptativas e territorializadas.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, estruturada em três etapas complementares: revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos que discutem a implementação de políticas públicas e a Educação Ambiental em uma perspectiva crítica. Essa etapa teve como objetivo identificar os principais fundamentos teóricos, bem como lacunas existentes na literatura, que subsidiaram a análise proposta.

Na segunda etapa, realizou-se a análise documental, a partir da consulta a relatórios oficiais e bases institucionais, tais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2020), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2015), além da legislação pertinente, com destaque para a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa etapa teve como finalidade contextualizar o cenário normativo e socioambiental brasileiro.

A terceira etapa corresponde ao estudo de caso do município de São Félix do Xingu, localizado no estado do Pará, na coordenada 6°38'41" sul de latitude e 51°59'42" oeste de longitude. Nessa fase, realizou-se a caracterização socioambiental do município, com foco em indicadores relacionados ao desmatamento, às desigualdades sociais e às iniciativas locais de Educação Ambiental. O objetivo foi compreender, em nível municipal, os limites e as potencialidades da implementação de políticas públicas nessa área.

A articulação entre as três etapas metodológicas permitiu a triangulação dos dados, integrando referencial teórico, documentos oficiais e análise da realidade local. Essa estratégia contribui para o fortalecimento da validade dos resultados, possibilitando uma compreensão

mais abrangente dos desafios e das oportunidades para a consolidação da Educação Ambiental como política pública de caráter crítico e emancipador.

3 RESULTADOS

3.1 Desafios da Implementação

A análise evidenciou que a implementação das políticas públicas de Educação Ambiental é permeada por múltiplos desafios, que se manifestam tanto no plano teórico quanto no contexto prático, especialmente no âmbito local.

Inicialmente, destaca-se a complexidade inerente ao processo de implementação, que, conforme Lotta (2019), ultrapassa a dimensão técnica e envolve disputas, negociações e conflitos entre diferentes atores sociais e institucionais. No contexto de São Félix do Xingu, essa complexidade se expressa na tensão entre interesses econômicos, notadamente ligados à pecuária e à mineração, e as demandas por preservação ambiental, o que dificulta a efetivação de políticas voltadas à sustentabilidade.

Além disso, observa-se que as políticas públicas estão sujeitas a processos contínuos de transformação, conforme apontam Oliveira e Couto (2010), tornando-se também vulneráveis a mudanças político-administrativas. No município analisado, essa vulnerabilidade se materializa na descontinuidade de programas ambientais e na ausência de uma política municipal consolidada de Educação Ambiental, comprometendo a estabilidade das ações desenvolvidas.

Outro aspecto relevante refere-se à fragilidade na integração entre implementação e avaliação, conforme discutido por Lima e D'Ascenzi (2013). A inexistência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação limita a mensuração dos resultados e impactos das iniciativas locais. Práticas como hortas escolares e campanhas comunitárias, embora relevantes, não são acompanhadas por indicadores contextualizados, o que dificulta sua avaliação e eventual replicação.

Por fim, a capacidade administrativa emerge como um fator determinante para a efetividade das políticas, conforme evidenciado por Koga et al. (2018). No caso estudado, identificam-se limitações relacionadas à formação docente e à autonomia dos gestores escolares, associadas à insuficiência de suporte institucional. Esses elementos restringem a inovação pedagógica e comprometem a continuidade das ações de Educação Ambiental.

De modo geral, os resultados indicam que a efetividade da implementação das políticas públicas de Educação Ambiental depende da articulação entre adaptação às especificidades locais, institucionalização das iniciativas e fortalecimento da capacidade administrativa dos agentes envolvidos.

3.2 Diagnóstico de São Félix do Xingu

O município de São Félix do Xingu, localizado na região sudeste do estado do Pará, apresenta características socioambientais que evidenciam a complexidade inerente à implementação de políticas públicas de Educação Ambiental em contextos amazônicos.

Inicialmente, destaca-se a ampla extensão territorial do município, superior a 84 mil km², associada a uma significativa diversidade socioambiental (IBGE, 2020). Nesse território coexistem diferentes ecossistemas e grupos sociais, incluindo comunidades indígenas e ribeirinhas, que compartilham o espaço com grandes empreendimentos agropecuários e minerários. Essa heterogeneidade intensifica os desafios relacionados à gestão ambiental e à implementação de políticas públicas integradas.

No que se refere às pressões econômicas, dados do INPE (2020) indicam que São Félix do Xingu figura entre os municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal. Esse cenário é impulsionado, sobretudo, pela expansão da pecuária extensiva, pela exploração madeireira e pela atividade garimpeira, muitas vezes realizada de forma ilegal, o que agrava os impactos ambientais na região.

Além disso, observa-se a ocorrência de problemas relacionados à poluição hídrica e à precariedade do saneamento básico. Conforme o MMA (2015), o uso intensivo de agrotóxicos e as atividades de mineração contribuem para a contaminação de rios e igarapés, situação agravada pela ausência de cobertura universal de serviços de saneamento, comprometendo a qualidade de vida das populações locais.

Outro aspecto relevante diz respeito às desigualdades sociais e aos conflitos territoriais. Segundo o IBGE (2020), comunidades tradicionais enfrentam disputas com grandes empreendimentos, em um contexto marcado pela concentração fundiária e pela fragilidade institucional, o que dificulta a garantia de direitos e a implementação de políticas inclusivas.

Apesar desse cenário adverso, identificam-se iniciativas locais voltadas à promoção da sustentabilidade, como os programas Municípios Verdes e Pacto Xingu (MMA, 2015). Tais iniciativas buscam reduzir o desmatamento e fomentar práticas sustentáveis no território. Contudo, a ausência de uma política municipal estruturada de Educação Ambiental compromete a continuidade, a articulação e a efetividade dessas ações.

De modo geral, o diagnóstico evidencia que São Félix do Xingu enfrenta intensas pressões econômicas, impactos ambientais significativos e profundas desigualdades sociais. Embora existam iniciativas relevantes, estas ainda se mostram insuficientes para consolidar a Educação Ambiental como uma política pública de caráter crítico e emancipador.

O Quadro 1 sintetiza os principais desafios identificados na implementação da Educação Ambiental, articulando-os às evidências empíricas observadas no município e às recomendações práticas derivadas da análise. Essa síntese permite compreender, de maneira integrada, como os obstáculos discutidos na literatura se materializam no contexto amazônico, bem como apontar estratégias para seu enfrentamento.

Quadro 1. Recomendações estratégicas para superação dos desafios.

Desafio Identificado / Autor	Evidência em São Félix do Xingu	Recomendações práticas
Complexidade e disputas (Lotta, 2019)	Conflitos entre pecuária extensiva, mineração e preservação ambiental.	Articulação intersetorial e mediação de interesses econômicos e ambientais.
Transformações e vulnerabilidades (Oliveira & Couto, 2010)	Descontinuidade de programas ambientais e ausência de política municipal estruturada.	Institucionalizar a Educação Ambiental em nível local para garantir continuidade.
Integração entre implementação e avaliação (Lima & D'Ascenzi, 2013)	Falta de monitoramento de iniciativas comunitárias e escolares.	Criar indicadores locais e sistemas de avaliação participativa.
Capacidade administrativa (Koga et al., 2018)	Baixa formação docente e limitada autonomia dos gestores escolares.	Investir em formação crítica e suporte institucional.
Extensão territorial e diversidade (IBGE, 2020)	Município com mais de 84 mil km ² e diversidade cultural.	Políticas territorializadas que valorizem saberes locais.
Pressões econômicas (INPE, 2020)	Altos índices de desmatamento impulsionados pela pecuária e exploração madeireira.	Fortalecer fiscalização e promover alternativas econômicas sustentáveis.
Poluição hídrica e saneamento (MMA, 2015)	Contaminação de rios por agrotóxicos e garimpo ilegal; ausência de saneamento básico.	Integrar políticas de saúde, saneamento e educação ambiental.
Desigualdades sociais e conflitos territoriais (IBGE, 2020)	Comunidades tradicionais em disputa com grandes empreendimentos.	Garantir políticas inclusivas e de justiça socioambiental.
Iniciativas locais (MMA, 2015)	Programa Municípios Verdes e Pacto Xingu atuam, mas sem continuidade plena.	Estruturar política municipal de Educação Ambiental para ampliar e sustentar iniciativas.

Fonte: Autores, 2025.

O quadro evidencia que os desafios da implementação não são apenas abstratos ou conceituais, mas encontram correspondência direta na realidade socioambiental de São Félix do Xingu. A complexidade política, a vulnerabilidade institucional, a ausência de avaliação contínua e a fragilidade administrativa se somam às pressões econômicas e às desigualdades sociais, configurando um cenário de difícil governança.

No entanto, ao relacionar cada desafio às recomendações práticas, observa-se que há caminhos possíveis para fortalecer a Educação Ambiental como política pública crítica e territorializada. Essa análise reforça a necessidade de políticas integradas que conciliem preservação ambiental, justiça social e qualidade de vida, em consonância com os princípios da Educação Ambiental crítica defendidos por Loureiro (2006) e Carvalho (2012).

Para aprofundar os resultados, o Quadro 2 apresenta um plano de recomendações práticas que conecta cada desafio identificado às ações concretas, responsáveis institucionais, prazos e indicadores de acompanhamento. Esse quadro operacionaliza a implementação da Educação Ambiental no município, alinhando teoria, diagnóstico e gestão.

Quadro 2. Plano de recomendações práticas para implementação da educação ambiental.

Desafio	Recomendações práticas	Responsáveis principais	Horizonte temporal	Indicadores de acompanhamento
Complexidade e disputas	Criar fórum intersetorial permanente (educação, meio ambiente, saúde, produtores, movimentos sociais).	Secretaria Municipal de Educação; Secretaria de Meio Ambiente; Conselho Municipal.	Curto prazo (3–6 meses)	Número de reuniões; deliberações registradas; participação por segmento.
Transformações e vulnerabilidades	Institucionalizar a Política Municipal de EA (lei, plano e regimento), com orçamento vinculado.	Câmara Municipal; Prefeito(a); Procuradoria; SEMED.	Médio prazo (6–12 meses)	Lei aprovada; plano publicado; percentuais orçamentários alocados.
Integração entre implementação e avaliação	Implantar sistema de avaliação participativa com indicadores locais (portfólios, projetos, monitoramento).	SEMED; escolas; conselhos escolares; universidades parceiras.	Curto–médio prazo (4–9 meses)	Indicadores definidos; relatórios semestrais; projetos avaliados.

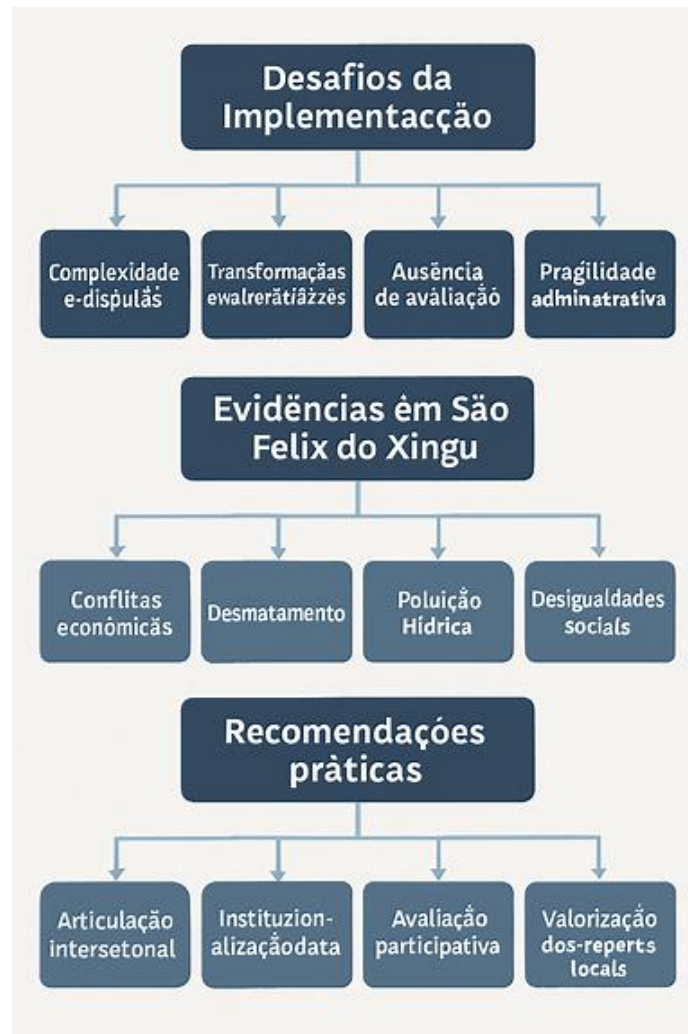
Capacidade administrativa	Programa de formação continuada em EA crítica e gestão escolar.	SEMED; universidades/IFs; ONG's.	Contínuo (ciclos semestrais)	Docentes formados; práticas inovadoras registradas; satisfação dos participantes.
Extensão territorial e diversidade	Rede territorializada de núcleos de EA por distrito/comunidade, valorizando saberes locais.	SEMED; escolas; lideranças comunitárias; associações.	Médio prazo (6–12 meses)	Núcleos ativos; projetos locais; eventos interculturais realizados.
Pressões econômicas	Agenda de alternativas sustentáveis (manejo florestal comunitário, agroecologia, compras públicas sustentáveis).	SEMAP; cooperativas; EMATER; SEMED (articulação pedagógica).	Médio–longo prazo (12–24 meses)	Projetos implementados; área manejada; contratos de compras sustentáveis.
Poluição hídrica e saneamento	Integração EA–saúde–saneamento (campanhas, vigilância comunitária da água, trilhas educativas).	Secretaria de Saúde; Saneamento; SEMED; escolas.	Curto–médio prazo (3–9 meses)	Pontos monitorados; redução de ocorrências; participação comunitária.
Desigualdades e conflitos territoriais	Protocolos de justiça socioambiental e mediação comunitária nas escolas.	Defensoria; Ministério Público; SEMED; conselhos.	Médio prazo (6–12 meses)	Casos mediados; formação em direitos; inclusão de temas no currículo.
Iniciativas locais	Pacto municipal pela EA (integra PMV, Pacto Xingu e escolas), com metas anuais.	Prefeitura; SEMED; parceiros locais.	Curto prazo (3–6 meses)	Termo assinado; metas definidas; relatório anual de cumprimento.

Fonte: Autores, 2025.

O Quadro 2 torna explícito que a superação dos desafios requer simultaneamente institucionalização (lei e plano), coordenação intersetorial e capacidade administrativa com avaliação contínua. Ao definir responsáveis, prazos e indicadores, o plano reduz a vulnerabilidade à descontinuidade política e cria mecanismos de aprendizagem institucional. Essa abordagem incremental e territorializada favorece a sustentabilidade das ações e prepara o terreno para a consolidação da Educação Ambiental como política pública permanente, dialogando com a discussão teórica e as evidências locais já apresentadas.

Para complementar os resultados apresentados, a Figura 1 sintetiza de forma visual os principais desafios da implementação da Educação Ambiental, suas evidências no município de São Félix do Xingu e as recomendações práticas derivadas da análise. O fluxograma permite compreender de maneira integrada como os obstáculos teóricos discutidos pela literatura se materializam no território amazônico e quais caminhos podem ser adotados para superá-los.

Figura 1. Fluxograma conceitual: desafios, evidências e recomendações.



Fonte: Autores, 2025.

A ilustração evidencia que os desafios da implementação não podem ser analisados isoladamente, mas como parte de um sistema interdependente. A complexidade política, as vulnerabilidades institucionais, a ausência de avaliação e a fragilidade administrativa se articulam com pressões econômicas e desigualdades sociais, configurando um cenário de difícil governança. No entanto, ao propor recomendações práticas, observa-se que a Educação Ambiental crítica e territorializada pode oferecer alternativas viáveis para transformar essa

realidade. O fluxograma reforça, portanto, a necessidade de políticas públicas integradas que conciliem preservação ambiental, justiça social e qualidade de vida.

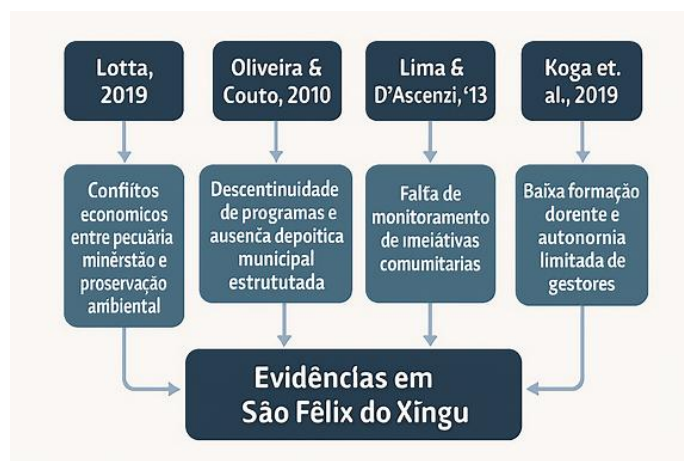
4 DISCUSSÃO

A análise dos desafios da implementação da Educação Ambiental em São Félix do Xingu confirma que os obstáculos enfrentados no município refletem tendências mais amplas observadas em diferentes contextos brasileiros. Conforme Lotta (2019), a implementação de políticas públicas é marcada por disputas e negociações, o que se evidencia na tensão entre interesses econômicos ligados à pecuária e à mineração e a necessidade de preservação ambiental. Essa dinâmica reforça que a Educação Ambiental não pode ser tratada apenas como uma política técnica, mas como um campo político que exige articulação intersetorial e participação social.

Oliveira & Couto (2010) apontam que as políticas sofrem transformações ao longo do tempo, tornando-se vulneráveis às mudanças de governo e às pressões administrativas. Em São Félix do Xingu, essa vulnerabilidade se manifesta na descontinuidade de programas ambientais e na ausência de uma política municipal estruturada, o que compromete a consolidação de práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

Para ilustrar a relação entre os referenciais teóricos e as evidências empíricas observadas em São Félix do Xingu, a Figura 2 apresenta um diagrama conceitual que conecta os principais autores da literatura sobre implementação de políticas públicas às manifestações práticas identificadas no município. Essa representação visual reforça a articulação entre teoria e prática, evidenciando como cada abordagem contribui para interpretar os desafios locais.

Figura 2. Relação entre teoria e prática na educação ambiental em São Félix do Xingu



Fonte: Autores, 2026.

A Figura 2 evidencia que os referenciais teóricos não apenas fundamentam a análise, mas oferecem lentes interpretativas para compreender os obstáculos concretos da implementação da Educação Ambiental. Lotta (2019) ajuda a entender os conflitos entre interesses econômicos e ambientais; Oliveira & Couto (2010) explicam a descontinuidade das políticas; Lima & D'Ascenzi (2013) apontam a ausência de avaliação como fragilidade estrutural; e Koga et al. (2018) revelam o impacto da baixa capacidade administrativa. Ao conectar essas abordagens às evidências locais, o diagrama reforça a importância de políticas públicas que sejam críticas, adaptativas e territorializadas.

A ausência de mecanismos de avaliação contínua, destacada por Lima & D'Ascenzi (2013), limita a capacidade de identificar avanços e corrigir falhas. No município, práticas comunitárias como hortas escolares e campanhas de sensibilização não são sistematicamente monitoradas, o que dificulta sua replicação e expansão. A integração entre implementação e avaliação é, portanto, um ponto crítico para fortalecer a Educação Ambiental como política pública efetiva.

Por fim, a capacidade administrativa dos agentes públicos, conforme Koga et al. (2018), é um fator decisivo para o sucesso das políticas. Em São Félix do Xingu, a baixa formação continuada dos docentes e a limitação da autonomia dos gestores escolares comprometem a qualidade da implementação. A fragilidade institucional e a falta de suporte técnico reduzem a possibilidade de inovação e dificultam a continuidade das ações.

Em síntese, a discussão evidencia que os desafios da implementação da Educação Ambiental em São Félix do Xingu estão diretamente relacionados à complexidade política, às vulnerabilidades institucionais, à ausência de avaliação integrada e à fragilidade administrativa. Superar esses obstáculos exige uma abordagem crítica e territorializada, que valorize os saberes comunitários e articule escola, comunidade e poder público em torno da sustentabilidade. Essa perspectiva dialoga com a literatura sobre Educação Ambiental crítica (Loureiro, 2006; Carvalho, 2012) e reforça a importância de políticas públicas que conciliem preservação ambiental, justiça social e qualidade de vida na Amazônia.

5 CONCLUSÃO

A análise dos desafios da implementação da Educação Ambiental em São Félix do Xingu evidencia que a efetividade das políticas públicas depende de múltiplos fatores interligados. A complexidade política, as vulnerabilidades institucionais, a ausência de mecanismos de avaliação contínua e a fragilidade administrativa configuram barreiras significativas para a consolidação da Educação Ambiental como prática pedagógica transformadora.

O diagnóstico territorial reforça que o município enfrenta pressões econômicas intensas, como a expansão da pecuária extensiva, a exploração madeireira e o garimpo ilegal, que resultam em elevados índices de desmatamento e poluição hídrica. Somam-se a esses fatores as desigualdades sociais e os conflitos territoriais, que fragilizam a governança ambiental e dificultam a implementação de políticas integradas.

Apesar de iniciativas como o Programa Municípios Verdes e o Pacto Xingu, a ausência de uma política municipal estruturada compromete a continuidade e a efetividade das ações. Diante desse cenário, algumas recomendações se mostram essenciais:

- Articulação intersetorial: integrar escolas, órgãos ambientais, movimentos sociais e setor produtivo em torno de objetivos comuns.
- Formação docente crítica e continuada: capacitar professores para desenvolver práticas pedagógicas emancipadoras, alinhadas à realidade amazônica.
- Valorização dos saberes comunitários: reconhecer e incorporar os conhecimentos tradicionais de povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares.
- Mecanismos de avaliação e monitoramento: criar indicadores locais que permitam acompanhar o impacto das políticas e ajustar estratégias.
- Participação social ampliada: fortalecer conselhos municipais e espaços de diálogo, garantindo que a comunidade seja protagonista na construção das políticas.

Este estudo contribui para o debate sobre Educação Ambiental na Amazônia ao demonstrar que a implementação das políticas públicas exige mais do que diretrizes normativas: requer capacidade de adaptação às especificidades locais, compromisso político e valorização da diversidade socioambiental. Ao consolidar práticas críticas e territorializadas, a Educação Ambiental pode se tornar um instrumento efetivo de transformação social e ecológica, conciliando preservação ambiental, justiça social e qualidade de vida.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.
- IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2020**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.
- INPE. **Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal – PRODES**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020.
- LOTTA, Gabriela. **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2019.
- OLIVEIRA, Vanessa Elias de; COUTO, Cláudio Gonçalves. **Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- LIMA, Luciana Leite; D’ASCENZI, Luciano. **Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 1, p. 55–70, 2013.
- KOGA, Natália Massaco et al. Capacidade Administrativa e Implementação de Políticas Públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 120–135, 2018.
- MMA. **Programa Municípios Verdes**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015.
- PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation**. Berkeley: University of California Press, 1984.